

Inicialmente, cumpre destacar que não há, no formulário, campo para assinalar propostas para todo o "**Título IV - GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE**" da Lei 16.050/2014, mas apenas parte dele.

A **proposta** visa propiciar maior eficiência, eficácia e efetividade na Participação Social e na Gestão Democrática da Cidade ao evitar que o CPMU resulte desmobilizado e esvaziado de seu *spiritu legis* devido a práticas anti-democráticas de gestões governamentais - nas quais prevalece a hegemonia governamental nas decisões em detrimento das reivindicações da sociedade civil representada - garantindo ao Poder Público a qualidade de instância recursal, mediante manifestação fundamentada da SMD (atual SMUL), às deliberações do Colegiado.

Concretamente, a **proposta consiste em alterar a redação dos Artigos 327 e 328**, conforme abaixo exposto com **inclusões destacadas em azul** e **supressões tachados em vermelho**:

§ 1o. O CPMU será composto por 60 (sessenta) membros titulares e respectivos suplentes, representantes do Poder Público e da sociedade civil, organizados por segmentos, ~~com direito a voz e voto~~, a saber:

I – **10 (dez) membros servidores públicos efetivos da Prefeitura de São Paulo** ~~26 (vinte e seis) membros representantes de órgãos do Poder Público~~ indicados pelo Prefeito, sendo no mínimo:

a) 2 (dois) membros da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, **com direito a voz e voto**;

b) 8 (oito) membros **de outros Órgãos municipais** ~~das Subprefeituras, um por macrorregião, de acordo com a divisão utilizada pelo Executivo~~, **com direito a voz**;

II – **50 (cinquenta)** ~~34 (trinta e quatro)~~ membros da sociedade civil, **com direito a voz e voto**, distribuídos da seguinte forma:

a) 8 (oito) membros oriundos do Conselho Participativo Municipal ou do Conselho de Representantes, um de cada macrorregião, de acordo com a divisão utilizada pelo Executivo;

b) 4 (quatro) membros representantes dos movimentos de moradia;

c) 4 (quatro) membros representantes de associações de bairros;

d) 4 (quatro) membros representantes do setor empresarial, sendo no mínimo 1 (um) da indústria, 1 (um) do comércio e 1 (um) de serviços;

e) **4 (quatro)** ~~1 (um)~~ membro representante dos trabalhadores, por suas entidades sindicais;

f) **3 (três) ~~1 (um)~~** membro de ONGs, **de quaisquer áreas de atuação com registro cidade de São Paulo**;

g) 1 (um) membro de entidades profissionais;

h) 2 (dois) membros de entidades acadêmicas e de pesquisa;

i) 2 (dois) membros representantes de movimentos ambientalistas;

j) **2 dois ~~1 (um)~~** membro representante de movimentos de mobilidade **ativa** urbana;

k) **2 dois ~~1 (um)~~** membro representante de movimentos culturais;

l) 1 (um) membro representante de entidades religiosas;

m) 1 (um) membro escolhido dentre os representantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES;

n) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativos – CPOP;

o) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte – CMTT;

p) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal de Habitação – CMH;

**q) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal de Saúde - CMS;**

**r) 1 (um) membro eleito entre os representantes da sociedade civil do Conselho Municipal de Educação;**

**s) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - Conpresp;**

**t) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal da Juventude;**

**u) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal da Pessoa Idosa**

**v) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Juventude;**

**x) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;**

y) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial - COMPIR;

z) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal de Políticas LGBTI.

§ 2º Terão assento com direito a voz no Conselho 4 (quatro) representantes de órgãos estaduais com atuação metropolitana, além de 1 (um) representante de cada consórcio de municípios integrantes da região metropolitana.

§ 3º ~~O Prefeito indicará~~ a Presidência do Conselho Municipal de Política Urbana **será eleita, por votação entre membros do CMPU, até o final da primeira Sessão após conferida a posse a partir da Conferência Municipal da Cidade, descrita no Artigo 326.**

§ 4º No caso de empate nas deliberações, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

**§ 5º Caberá recurso às decisões do Conselho Municipal de Política Urbana à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.**

Art. 328. O Conselho Municipal de Política Urbana reunir-se-á ordinariamente a cada **15 (quinze) dias** ~~dois meses~~ e extraordinariamente de acordo com a necessidade, **tendo como critério prioritário de horário aquele que propicie a maior participação social possível, conforme votação por maioria simples de seus integrantes**, sendo suas regras de funcionamento estabelecidas em Regimento Interno.

§ 1º As reuniões do Conselho Municipal de Política Urbana poderão ser acompanhadas por qualquer munícipe e a documentação decorrente das reuniões deverá ser publicada no portal eletrônico da Prefeitura no prazo de 15 (quinze) dias após a sua realização.

§ 2º As datas, horários e pautas das reuniões serão disponibilizadas no portal eletrônico da Prefeitura para pleno acesso público com, no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência de sua realização.

Art. 329. Competem ao Conselho Municipal de Política Urbana, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – acompanhar a execução da Política de Desenvolvimento Urbano do Município veiculada por intermédio do Plano Diretor Estratégico;

II – debater, apresentar **e deliberar** quanto a sugestões à proposta de alteração do Plano Diretor Estratégico, **vinculando-as à tomada de decisão final;**

III – debater, elaborar **e deliberar** propostas de projetos de lei de interesse urbanístico e regulamentações decorrentes desta lei, **que deverão ser submetidas ao CMPU antes de sua remissão pela Prefeitura de São Paulo à Câmara Municipal;**

IV – apreciar **e deliberar** relatório emitido pelo Executivo com a indicação das ações prioritárias previstas no PDE e especialmente indicadas para execução no exercício do ano seguinte, identificando os programas passíveis de serem financiados pelo FUNDURB e indicando a necessidade de fontes complementares, **vinculando-as à tomada de decisão final;**

V – encaminhar ao Executivo ao final de cada gestão, para subsidiar a elaboração do Programa de Metas do próximo Governo, memorial com **sugerindo** prioridades no tocante à implantação do Plano Diretor Estratégico;

VI – debater **e deliberar** as diretrizes para áreas públicas municipais, **vinculando-as à tomada de decisão final, que deverão ser previamente submetidas ao CMPU em caso de remissão de projetos de lei pela Prefeitura de São Paulo à Câmara Municipal;**

VII – acompanhar a aplicação dos recursos arrecadados pelo FUNDURB; VIII – acompanhar a prestação de contas do FUNDURB;

IX – promover a articulação entre os conselhos setoriais **descritos nos incisos m) a z) do Artigo 327, com base no recebimento permanente, pelo CMPU, das deliberações tomadas nos referidos Colegiados, bem como reuniões temáticas bimestrais para tratamento de assuntos específicos em especial** ~~dos Conselhos de Habitação (GMH), Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI), Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES), Trânsito e Transportes (GMITT), Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (CONPRES), Planejamento e Orçamentos Participativos (CPOP), além dos Conselhos Participativos Municipais;~~

X – encaminhar **e deliberar** propostas e ações voltadas para o desenvolvimento urbano, **vinculando-as à tomada de decisão final;**

XI – encaminhar propostas aos Órgãos Municipais e Conselhos Gestores dos Fundos Públicos Municipais com o objetivo de estimular a implementação das ações prioritárias contidas nesta lei por meio da integração territorial dos investimentos setoriais;

XII – debater, apresentar **e deliberar** sugestões às propostas de Área de Intervenção Urbana e Operação Urbana, **vinculando-as à tomada de decisão final, que deverão ser previamente submetidas ao CMPU em caso de remissão de projetos de lei pela Prefeitura de São Paulo à Câmara Municipal;;**

XIII – debater, apresentar **e deliberar** sugestões às Parcerias Público-Privadas quando diretamente relacionadas com os instrumentos referentes à

implementação do Plano Diretor Estratégico, **vinculando-as à tomada de decisão final, que deverão ser previamente submetidas ao CPMU em caso de remissão de projetos de lei pela Prefeitura de São Paulo à Câmara Municipal;**

XIV – aprovar relatório anual e debater **e deliberar** plano de trabalho para o ano subsequente de implementação dos instrumentos indutores da função social da propriedade, elaborado pelo Executivo;

XV – apreciar **e deliberar**, para envio ao Executivo, os Planos de Bairro, desde que tenham sido aprovados no respectivo Conselho Participativo Municipal;

XVI – elaborar e aprovar regimento interno.

§ 1º Para cumprir suas atribuições, o CPMU receberá relatórios anuais de monitoramento da implementação do Plano Diretor Estratégico, produzidos pelo Executivo ou elaborados sob sua coordenação, com detalhamento dos recursos e das respectivas aplicações realizadas no período.

§ 2º O CPMU tem prazo de 2 (duas) reuniões para apreciar e deliberar sobre os itens previstos neste artigo e, caso o prazo decorra sem que haja uma decisão, caberá ao Presidente dar os encaminhamentos necessários.

**§ 3º Para cumprir suas atribuições, todos os assuntos submetidos ao CPMU para apreciação e/ou deliberação, conforme incisos I a XVI deste Artigo, deverão figurar em respectivo processo administrativo SEI único, para a devida compreensão do processo decisório da matéria, nos quais deverão figurar as manifestações técnicas e administrativas, numeradas e identificadas com autoria dos Órgãos, que orientam e fundamentam as tomadas de decisão necessárias.**

**§ 4º Os processos administrativos SEI de que trata o parágrafo anterior serão remetidos pela Secretaria Executiva do SMUL com antecedência mínima de 7 dias às reuniões ordinárias do CPMU ou 5 dias às reuniões extraordinárias.**

Conselheiro Municipal de Política Urbana - Mobilidade/Ciclocidade - 2021-2023

Arquiteto e Urbanista

Especialista em Gestão Pública e Econômica Urbana

Mestre em Políticas Públicas (ênfase em Governos Locais e Participação Social)